Plano de Vida do Movimento Indígena de de Jutaí/AM e Região

JUTAÍ

Conhecer, reconhecer e valorizar

Os conhecimentos tradicionais indígenas são um patrimônio da humanidade, porém ainda há muito trabalho para fazer valer estas grandes contribuições para o conhecimento da humanidade.

Projeto Aldeias

Visão Mundial
Diretor Nacional – Celso Fernandes

Operação Amazônia Nativa
Presidente – Rinaldo Sérgio Vieira Arruda

Consórcio Visão Mundial (VM) - Operação Amazônia Nativa (Opan)

Coordenador - VM
Luiz Carlos Pinagé de Lima
Coordenadora de Promoção de Direitos Indígenas - VM
Mirella Poccia
Coordenadora de Capacitação e Fortalecimento Organizacional - VM
Luciene Pohl
Auxiliar de Campo - Jutaí
Adamilton Bentes Bindá

Coordenador - Opan
Miguel Aparício
Coordenador de Campo - Opan
Fernando Penna
Indigenistas - Opan
Mônica Spinelli, Genoveva Amorim, Myrian Barbosa e Diogo Carneiro - TI Katukina do Biá
Gerente Administrativa - Opan
Rochele Fiorini

Edição
Arlete Bonelli
Design gráfico
Denise Vieira
Fotografias
Arquivo Projeto Aldeias

Execução e Direito Autoral

TIKUNA KATUKINA KOKAMA KANAMARI KAMBEBA KULINA MIRANHA

COPIJU
Conselho dos Povos Indígenas de Jutaí-AM

Coordenador:
Francisco Romão - cel.: 97.9161.1514

Colaboração

Profa. Thereza Menezes - Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PCNSA)

Visão Mundial
World Vision

A Visão Mundial é uma organização não governamental cristã, brasileira, de desenvolvimento, promoção de justiça e assistência, que, combatendo as causa da pobreza, trabalha com crianças, famílias e comunidade vulneráveis, sem distinção de religião, raça, etnia ou gênero.

Rua da Concórdia, 677, Bairro São José
CEP 50020-050 - Recife (PE)
Tel.: (81) 3081.5600/3081.5634 – Fax: (81) 3224.1237
www.visaomundial.org.br

OPAN
OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA

A Opan foi a primeira organização indigenista fundada no Brasil, em 1969. Atualmente, suas equipes trabalham em parceria com povos indígenas do Amazonas e Mato Grosso, desenvolvendo ações voltadas à garantia dos direitos dos povos, gestão territorial e busca de alternativa de geração de renda baseadas na conservação ambiental e na manutenção das culturas indígenas.

Av. Ipiranga, 97, Bairro Goiabeira
CEP 78020-810 - Cuiabá (MT)
Tel.: (65) 3322.2980 - Fax: (65) 3322.4161
www.amazonianativa.org.br

USAID
DO POVO AMERICANO

Esta publicação foi realizada com apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O conteúdo desta publicação é de responsabilidade dos seus autores e não necessariamente reflete as opiniões da USAID ou do governo dos Estados Unidos.

Conteúdo

4
Apresentação
Projeto Aldeias
Conselho dos Povos Indígenas de Jutaí (Copiju)

6
Quem somos: povos indígenas de Jutaí e região
Histórico
Organização política

11
Plano de Vida dos Povos Indígenas de Jutaí e Região
Metodologia
Etapas do processo

15
Necessidades e possibilidades
Educação
Saúde
Cultura
Território
Produção
Movimento Indígena

24
Papel do Estado e articulações

Projeto Aldeias

Desde 2009 o Projeto Aldeias desenvolve junto com o Conselho dos Povos Indígenas de Jutaí (Copiju), na região do médio Solimões, um trabalho que tem como objetivo fortalecer o movimento indígena. Esta proposta conjunta diz respeito a construir e incorporar ferramentas para o melhor diálogo com a sociedade, governo, instituições públicas e com as comunidades na busca pela qualidade de vida e reafirmação dos direitos constitucionais.

O principal resultado destes poucos anos de trabalho foi potencializar a consciência sobre os principais problemas que vivenciam e, ao mesmo tempo permitir que para o futuro possam esclarecer os seus desejos e sonhos à luz das possibilidades e capacidades coletivas.

A experiência na construção e elaboração deste material nos indica que é necessário gerar processos participativos com toda a comunidade, que tem o direito de refletir sobre sua história, identidade, uso e manejo de seus territórios e recursos naturais, educação, saúde e sua forma de se organizar.

Este documento é a opinião dos Povos Indígenas de Jutaí sobre seu presente e principalmente sobre as estratégias escolhidas para seu projeto de futuro.

À Copiju e aos Povos Indígenas de Jutaí temos a agradecer, por permitir o compartilhar de problemas, ideias, reflexões e boas risadas!

Mirella Poccia
Coordenadora de Promoção de Direitos Indígenas/Projeto Aldeias
Setembro 2011

Conselho dos Povos Indígenas de Jutaí (Copiju)

O Projeto Aldeias teve participação importantíssima na reestruturação do Conselho dos Povos Indígenas de Jutaí (Copiju), em vista que o mesmo andava desarticulada e desestruturada com o desânimo de sua coordenação. Através de reuniões com o Projeto Aldeias a Copiju começou a se animar e viu que era possível realizar este trabalho árduo de forma eficaz e transparente para suas 55 comunidades indígenas e seus 5000 associados aproximadamente.

Por meio destas atividades realizadas, a Copiju se fortaleceu perante as bases e os órgãos governamentais, mas o maio ganho da Copiju foi o aprendizado e conhecimento adquirido.

A Copiju reconhece que se hoje ela ganhou força perante suas comunidades foi graças a esta parceria que investiu recursos e tempo na nossa região abandonada. Mesmo com tantos avanços, contamos com o apoio das instituições que fazem parte do consórcio Aldeias e de outras instituições parceiras para continuar nosso empoderamento e fortalecimento perante as causas que ainda temos que enfrentar.

O Conselho foi criado em 2006 pela necessidade dos Povos Indígenas de serem representados nas instituições governamentais e não governamentais. Tem como seus principais objetivos acompanhar e articular o processo social dos Povos Indígenas de Jutaí nas áreas de educação, saúde, demarcação de Terras, sustentabilidade econômica e cultura de cada Povo, reivindicando as melhorias garantidas por lei.

A Copiju hoje vem discutindo com as comunidades as formas de resolver os problemas econômicos e de conflitos em algumas áreas e hoje coordena dois projetos aprovados pelo PDPI, Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas e acompanha outros três na região. Com todas estas atividades, a Copiju vem trazendo o desenvolvimento transformador dos Povos Indígenas de forma sustentável.

Francisco Romão, coordenador
Josimar Lopes, vice-coordenador
Francisco Perez (Caju), coord. Educação
e toda equipe de coordenação da Copiju

Histórico

A conquista européia do Alto Amazonas, que no Brasil tem o nome de Solimões, se fez, não somente rio acima, pelos escravizadores e missionários portugueses, mas também na direção contrária, por missionários espanhóis vindos pelos rios que desciam dos Andes equatorianos, e ainda pelo Huallaga e Ucayali.

As missões religiosas estimularam, na região amazônica, a extração de produtos de origem animal e vegetal, que por dois séculos e meio se fez de maneira rotineira usando o trabalho forçado dos indígenas, ainda que com gratificação estabelecida por lei. Havia também a escravidão indígena de fato, e o rio que por mais tempo forneceu escravos indígenas deve ter sido o Japurá, pois os cronistas se referem a esse tráfico até meados do século XIX, quando ainda ali se fazia a aquisição de crianças.

A partir da metade do século XIX, a vida do Solimões passou por modificações importantes: a navegação a vapor liberou os remadores indígenas, o rio foi aberto à navegação internacional e a procura da borracha começou a se intensificar, exigindo crescentemente mais mão de obra e estimulando a imigração nordestina. Os índios começaram a ser convocados - por bem ou por mal - a produzirem borracha e, na bacia do Putumayo, o trabalho forçado, a violência, as transferências de populações chegaram ao auge. Talvez tenha sido onde a população indígena tenha decrescido mais rapidamente e a taxas elevadas. As margens desse rio acabaram por ser, mais tarde objeto de disputa entre o Peru e a Colômbia, levando a um conflito militar cujo resultado foi a consolidação das fronteiras entre os dois países e o acesso do último ao rio Amazonas pelo do conhecido trapézio de Letícia.

Apesar de, após 1912, a área ter entrado em novo período de estagnação, por causa da queda dos preços da borracha, o sistema de barracão ou aviamento - de adiantamento de mercadorias a altos preços em troca de produtos florestais a preços muito baixos, gerando uma dívida insaldável - continuou a vigorar, marcando acentuadamente as relações interétnicas. Esta região, no início do século XX, representava um desafio tanto em termos do conhecimento científico quanto do ponto de vista da ocupação territorial pelos estados nacionais fronteiriços e pela nova ordem econômica de integração de mercados. A história de algumas sociedades da área no presente século tem-se desenvolvido no sentido de superar a herança do período da corrida pela borracha, o que inclui muitos casamentos interétnicos e Terras habitadas por diversos Povos.

Regiões de maior incidência das etnias no século XIX

O contato dos **Kokama** com a sociedade não indígena remonta às primeiras décadas da colonização. Os aldeamentos e deslocamentos forçados, impostos primeiramente pelas missões e depois pelas frentes extrativistas, acabaram criando um contexto tão adverso de reprodução física e cultural desses grupos, que lhes suscitou a negação da identidade indígena por muitas décadas. Desde os anos de 1980, porém, a identidade Kokama vem sendo cada vez mais valorizada no contexto de suas lutas políticas – que incluem outros povos indígenas do Solimões – por terras e acesso a programas diferenciados de saúde, educação e alternativas econômicas.

Estudos posteriores indicaram que sua origem estaria ligada às várias migrações de grupos Tupi do Brasil para regiões peruanas em tempos pré-contato. Supõe-se que seja uma língua produto da interação de alguns grupos indígenas na região do alto Marañón, nas proximidades dos rios Huallaga, Napo e Ucayali, sendo que a língua Tupinambá teria sido a principal fonte lingüística do idioma Kokama, com aproximadamente 60% do vocabulário. No Peru, cerca de 2,5% de uma população de 19 mil Kokama se expressam na língua nativa. No Brasil, são poucos os que possuem fluência e não há casos narrados de comunidades que usem o Kokama, ainda que como segunda língua (Ramos, 2003).

Os **Tikuna** configuram o mais numeroso povo indígena na Amazônia brasileira. Com uma história marcada pela entrada violenta de seringueiros, pescadores e madeireiros na região do rio Solimões, foi somente nos anos 1990 que os Tikuna lograram o reconhecimento oficial da maioria de suas terras. Hoje enfrentam o desafio de garantir sua sustentabilidade econômica e ambiental, bem como qualificar as relações com a sociedade envolvente mantendo viva sua riquíssima cultura. Esse povo vivia no alto dos igarapés afluentes da margem esquerda do rio Solimões, no trecho em que este entra em terras brasileiras até o rio Içá/Putumayo. Houve um intenso processo de deslocamento em direção ao Solimões. No alto Solimões, contudo, os Tikuna são encontrados em vários municípios da região, a saber: Tabatinga, Benjamim Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins e Jutaí. Os **Kambeba** – também conhecidos como Omágua, principalmente no Peru – configuram um dos casos de grupos que, na Amazônia brasileira, deixaram de se identificar como indígena em razão da violência e discriminação de frentes não-indígenas na região desde meados do século XVIII. Foi com o crescimento do movimento indígena a partir da década de 1980, particularmente com o reconhecimento dos direitos indígenas pela Constituição de 1988 e a multiplicação das organizações indígenas, que os Kambeba passaram novamente a se afirmar como índios

e a lutar pelas causas indígenas. Desde então, têm assumido uma posição destacada na região por sua grande capacidade de negociação e articulação política com outros grupos indígenas e com agências governamentais e não governamentais, religiosas e laicas, da sociedade envolvente. Os Kambeba do Alto Solimões foram incorporados aos Tikuna por ocasião da demarcação das terras indígenas Tikuna, mas, hoje, estão iniciando um processo de afirmação étnica.

Os **Katukina do Biá** vivem no afluente do rio Jutaí onde a invasão maciça pela borracha não foi tão violenta devido à baixa qualidade do látex. Durante todo o século XX, os Katukina sempre foram mais numerosos, mas conviveram com brasileiros e peruanos no Biá, seja morando, seja viajando em busca de mão de obra. Em torno de 1920 os Katukina também tenham interagido com povos do Alto Solimões. Indivíduos Kambeba, Kocama e Miranha subiram até o Biá e alguns se casaram com indivíduos Katukina.

Organização política

Desde a década de 1990, os povos desta região tinham estreita ligação com a União das Nações Indígenas de Tefé (Uni-Tefé), que é desarticulada em 2009 devido principalmente, ao processo de terceirização do atendimento à saúde, que resultou num convênio assinado entre a Uni-Tefé e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em que a Uni-Tefé passou a assumir a administração do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) do médio Solimões.

A Copiju nasceu em 2006 e representa todos os povos indígenas que vivem no município de Jutaí-AM, ou que possuem terras que estão em seu limite. Com a desarticulação da Uni Tefé organização indígena regional, o Conselho passa por um processo de reestruturação, planejamento e reorganização do movimento indígena na região de Jutaí. Apesar de ter poucos recursos, a Copiju é uma organização dinâmica, que defende os direitos indígenas e desenvolve muitas atividades, reuniões e assembleias, normalmente pagas pelos próprios membros.

A Copiju não possui uma sede e seu corpo institucional se reúne em Jutaí, na sede do antigo Posto da Funai ou em aldeias próximas à cidade. Em 2009, a organização passou por mudanças estruturais e novos membros foram eleitos para os cargos de coordenação. Seus coordenadores conquistam, aos poucos, um espaço de interlocução efetiva com órgãos públicos, parceiros locais e organizações não governamentais. Possuem uma ligação com o Conselho Missionário Indigenista (Cimi), de Tefé, e neste último ano conseguiram concretizar a parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) a partir de cinco projetos aprovados pelo Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI).

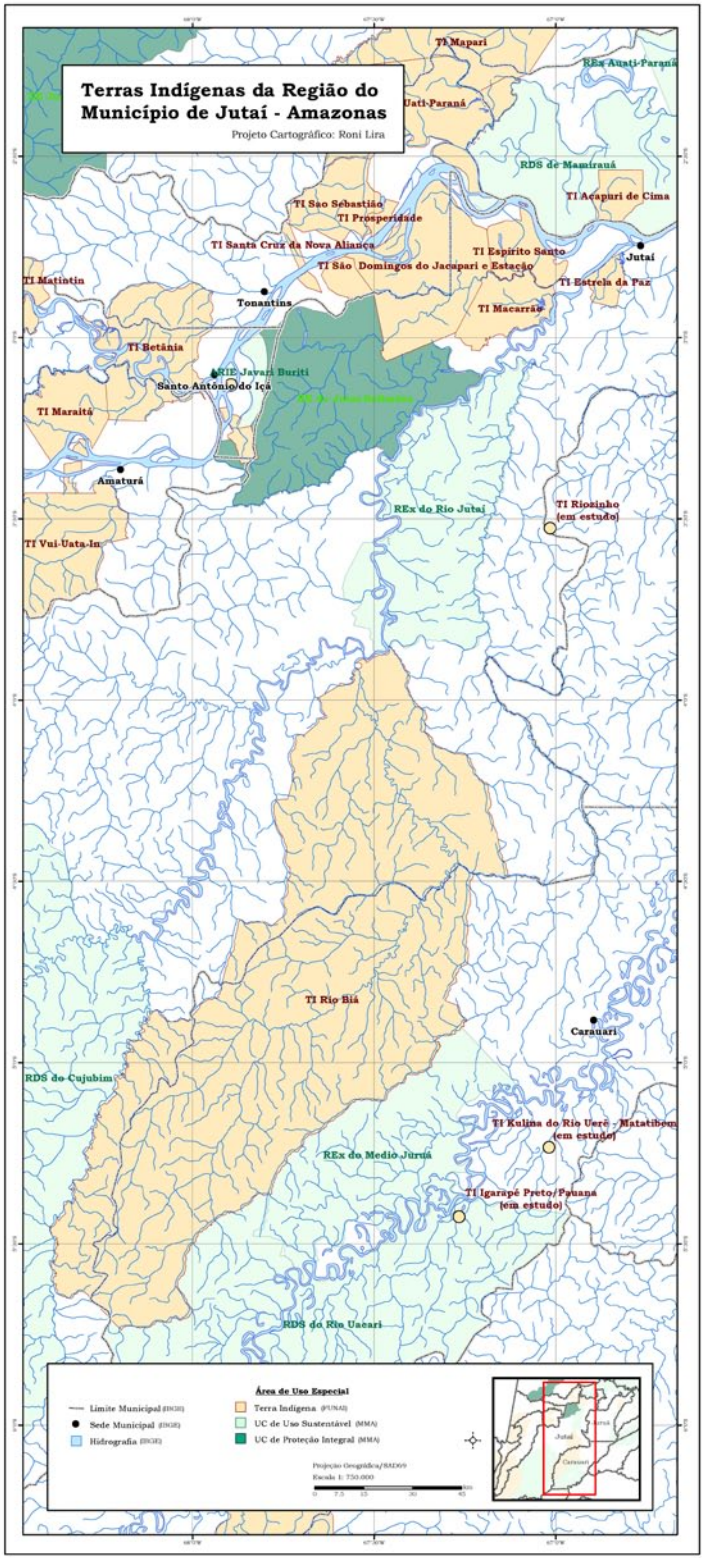
O Projeto Aldeias atua, desde 2009, com a Copiju, desenvolvendo uma agenda de fortalecimento institucional que tem como principal objetivo oferecer ferramentas para concretização de sua autogestão.

Quem somos: povos indígenas de Jutaí e região

As terras indígenas (TIs) representadas pela Copiju abrangem os municípios de Jutaí, Tonantins e Fonte Boa, no Estado do Amazonas. São seis TIs demarcadas ou homologadas, uma TI em processo de identificação e outras sete em processo de reivindicação na Fundação Nacional do Índio (Funai).

Terras Indígenas e Situação Fundiária

Terra Indígena (TI)	Situação Jurídica	Documento	Povo
Estrela da Paz	Regularizada Extensão da área: 12.876 ha. População: 645 (2011)	Decreto S/N publicado em 03/07/1995	Kokama/Tikuna/Kambeba
Macarrão	Regularizada Extensão da área: 44.267 ha; População: 721 (2011)	Decreto 260 publicado em 29/10/1991	Kokama/Tikuna Kambeba/Miranha
Riozinho	Em estudo/restrição Em identificação (05/12/2002); População: 180 (2011)	Portaria 1257 publicada em 11/12/2002	Kokama
Espírito Santo	Regularizada Extensão da área: 33.849 ha; População: 425 (2011)	Decreto S/N publicado em 19/04/2005	Kokama/Tikuna
São Domingos do Jacapari e Estação	Homologada Extensão da área: 134.781 ha; População: 604 (2011), Municípios: Jutaí e Tonantins	Decreto S/N data de publicação: 22/12/2009	Kokama
Acapuri de Cima	Declarada Extensão da área: 19.400 ha; População: 141 (2011), Municípios: Jutaí e Fonte Boa	Portaria 287 data de publicação: 17/04/2000	Kokama
Katukina do Biá	Homologada Extensão da área: 1.185.790 ha; População: 701 (2011). Municípios: Carauari e Jutaí	Decreto S/N data de publicação: 04/11/1997	Katukina do Biá
Área Santa Luzia	Reivindicada	----------	Kokama
Área Sevalho	Reivindicada	----------	Kokama
Área Santa Helena	Reivindicada	----------	Kokama
Área Ilha Xibeco	Reivindicada	----------	Kokama
Área Içapó	Reivindicada	----------	Kokama
Área Cariru	Reivindicada	----------	Kokama
Área Batedor	Reivindicada	----------	Kulina



Terras Indígenas da Região do Município de Jutaí - Amazonas

Plano de Vida dos Povos Indígenas de Jutaí e Região

Metodologia

O processo que originou este material foi motivado por uma consciência e um propósito coletivo. Quando o Projeto Aldeias iniciou o trabalho com a Copiju esta se encontrava num processo de reestruturação, e seu principal objetivo era atender as demandas dos Povos Indígenas de Jutaí. Neste sentido muitas questões foram colocadas, como saúde, educação e principalmente a gestão dos recursos naturais nas Terras demarcadas e a luta pela demarcação de muitas terras ainda não reconhecidas.

A metodologia do Plano de Vida exigiu um processo de participação da comunidade visando um objetivo: melhora da qualidade e das condições de vida, em equilíbrio constante com seus territórios, natureza, cultura, trabalho e com o mundo exterior.

Este material é um instrumento em transformação permanente, que marca e organiza a comunidade para atingir padrões de qualidade e condições vida, para transformar a prática em consciência (participação), a sensibilidade em eficiência (organização) e a eficiência em autonomia. Neste sentido, a Copiju tem papel fundamental na organização e sistematização de forças, desejos, anseios e possibilidades para concretização das demandas destas comunidades.

Da mesma forma, este material oferece aos governos, especialmente o municipal e o estadual, um guia para delinear políticas para os povos indígenas e para entender como respeitar as suas próprias condições para a integração com a realidade do município e do Estado do Amazonas.

Etapas do Processo

1°. Passo - Mobilização das Aldeias

Este passo foi conquistado com a união da Copiju com todas as terras indígenas que representa. Neste processo foi explicado o conteúdo do trabalho e da importância da presença de todos que tinham conhecimento sobre a realidade ambiental e social das aldeias. A Copiju priorizou a presença das lideranças idosas das aldeias, professores, representantes de saúde, representantes jovens e de mulheres, contribuindo para o entendimento da realidade a partir dos diversos atores atuantes nas comunidades.

2°. Passo - Oficinas de Mapeamentos: duas oficinas realizadas com todas as TIs da região

Foram realizadas duas oficinas da Cartografia Social em parceira com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Estas oficinas conseguiram reunir todas as terras indígenas demarcadas e em processo de reivindicação da região. Além de pesquisadores, coordenados por Thereza Mendes, antropóloga da Ufam, e a coordenação de Promoção de Direitos Indígenas do Projeto Aldeias, as oficinas tiveram o apoio logístico e estratégico da Copiju.

As oficinas seguiram a metodologia descrita abaixo:

- Discussão sobre as informações que devem ser mostradas ou não nos mapeamentos;
- Divisão de grupos por regiões;
- Desenho das características das terras, tipo de recursos, conflitos, demandas para uma apresentação para plenária;
- Levantamento de informações que devem constar no mapa que será elaborado; e
- Depois de feitos os mapas pequenos, os participantes colocaram as informações discutidas em um mapa grande, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com as demandas e características levantadas.

"Com este processo conhecemos a realidade de todas as comunidades que os problemas são bem parecidos. É preciso fazer junto para ter este conhecimento."
Francisco Romão, coordenador da Copiju

3°. PASSO - Sistematização das oficinas, validação do plano e estratégias de execução

Nas oficinas de cartografia anteriores, foram discutidos os problemas que as comunidades indígenas da região enfrentam atualmente, as principais reivindicações e conflitos vividos. Nesta Oficina de sistematização retomamos os levantamentos realizados e trabalhamos como superá-los no futuro, partindo de um levantamento feito por eixos temáticos para a construção de diretrizes e ações estratégicas, visando alcançar uma boa qualidade de vida, com sustentabilidade e respeito aos conhecimentos tradicionais de cada Povo.

Trabalhamos nesta sistematização uma forma de descrever o que se quer para o futuro, organizar esses objetivos e descrever como esperamos que eles sejam alcançados. Trabalhamos na perspectiva de estruturar um grande projeto, que guiasse todas as ações da Copiju, rumo ao alcance de um ou mais objetivos.

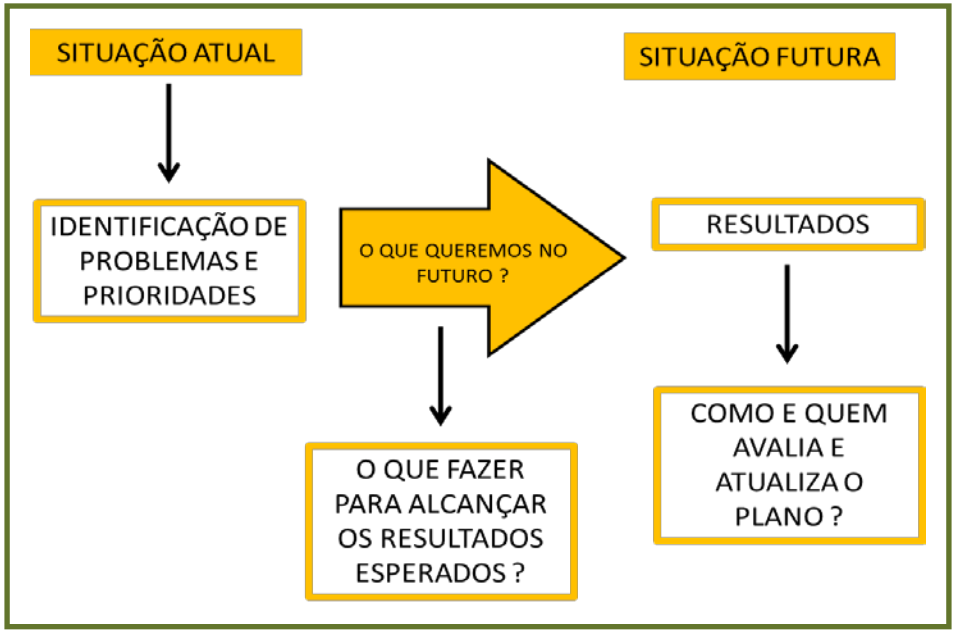
"A gente sente que as pessoas ficam bastante gratas, alegres com esse tipo de encontro e de oficina, faz com que clareie a mente delas e muitas das vezes tem pessoas aqui que nunca pegaram num pincel num lápis num mapa desses que hoje nós estamos construindo aqui, então dá pra gente sentir e perceber que a própria pessoa tá construindo o seu próprio mapa e a sua própria marcação, diferente de antes, que era feito lá longe, quando vinha o mapa já vinha pronto, hoje com essa oficina o próprio indígena construiu, está tentando construir o seu próprio mapa da sua aldeia, então essa é uma coisa muito importante pra nós Copiju e também para os tuchauas que se fazem presentes aqui."

Josimar Lopes, vice-coordenador da Copiju

4°. PASSO - Apresentação do Plano de Vida e articulação de parceiros: seminário

Nesta etapa, o Plano de Vida é apresentado aos parceiros governamentais e não governamentais. O objetivo desta etapa é que todos os envolvidos assumam seu compromisso perante as demandas estabelecidas pelos Povos Indígenas de Jutaí. O ideal da Copiju por fortalecer sua organização e unificar objetivos e iniciativas requer um grande esforço, relacionado principalmente a seus propósitos e metas.

Neste sentido o Estado e as políticas municipais e regionais não tem facilitado o trabalho conjunto, pois tem trabalhado de maneira independente e desarticulada entre eles e com as comunidades. A consequência deste processo é a criação de divergências e conflitos entre os próprios povos indígenas. Por isso, a Copiju convoca estas entidades para escutar na palavra de seus representantes seus planos, projetos e metas para o futuro.



5°. PASSO - Monitoramento e Avaliação: ferramenta de atualização e planejamento político

Em plenária, os Povos Indígenas de Jutaí e região decidiram que o Plano de Vida seria avaliado nas assembléias gerais, ou seja, no período de um ano e o monitoramento seria executado pelas aldeias, mensalmente e semestralmente, avaliadas em reunião nas terras indígenas.

Para garantir que o Plano de Vida seja efetivado, serão criados indicadores que serão monitorados semestralmente com a avaliação dos representantes das Terras Indígenas. Com os resultados de monitoramento será possível refletir acerca dos objetivos alcançados ou não como também rever prioridades e novas demandas das comunidades.

Quem faz a articulação e modera as avaliações nas aldeias?
Tuchaua + Professores + Agente Indígena de Saúde

Necessidades e possibilidades

Diretriz **Garantir a estrutura física e administrativa das escolas**

Ações

Construir unidades escolares em todas as aldeias, respeitando nossa cultura na sua construção espacial.

Fornecer energia em todas as unidades para garantir o uso de novas tecnologias nas escolas.

Transporte escolar para todas as aldeias que ficam longe da escola numa mesma terra.

Transporte escolar para os jovens e professores que precisam estudar na cidade.

Fornecimento de material didático escolar e incentivar a construção de material pedagógico que leve em conta o ensino de nossa cultura na escola.

Formação de professores indígenas por meio do magistério indígena.

Efetiva contratação de professores indígenas para as escolas das aldeias.

Garantia de pagamento de salário para os professores que trabalham nas aldeias.

Estrutura de trabalho para os professores que não moram nas aldeias, como alojamento próprio e formação continuada.

Diretriz **Garantir a qualidade e regularidade da merenda escolar**

Ações

Fornecer, de forma continuada e com qualidade, a merenda escolar por meio de convênio/acordo com as famílias e a agricultura das aldeias, garantindo alimentação dos alunos.

"Hoje, não conseguimos pensar em futuro sem pensar na escola para nossas crianças."

Diretriz

Garantir a construção de um plano político pedagógico de acordo com nossa visão de mundo

Ações

Queremos construir uma proposta pedagógica para nossas escolas que considere o calendário de nossas atividades e que promova o ensino de nossa língua materna.

Queremos uma escola que fale sobre os problemas ambientais com nossos jovens.

Queremos uma escola que ensine nossa cultura com mais intercâmbio com os mais velhos e outros povos.

Diretriz

Garantir o orçamento participativo da educação indígena

Ações

Queremos o compromisso da política municipal na prestação de contas do Orçamento da Educação Indígena.

Queremos o Orçamento Participativo como prática deste município.

Diretriz

Garantir a continuidade do ensino nas aldeias

Ações

Queremos a continuidade do ensino nas aldeias: a maioria dos alunos vai até o ensino fundamental e nossas crianças não querem e não têm condições de ficar na cidade.

"A gente depende muito da saúde da cidade. mas aqui nós temos parteiras! E temos também o conhecimento da medicina dos antigos. Ninguém valoriza este conhecimento. Ele vai acabar assim..."

Diretriz **Ampliar e reestruturar a infraestrutura física de saúde**

Ações

Construir postos de saúde nas aldeias; a maioria depende dos pólos-base que estão sucateados.

Dotar todas as unidades de saúde de barco próprio.

Dotar todas as unidades de saúde de radiofonia.

Garantir medicamentos na quantidade certa para cada unidade de saúde.

Garantir a construção de poços em todas as aldeias, garantindo o acesso à água de qualidade.

Garantir o atendimento por médicos especializados em Jutaí/AM.

Diretriz **Garantir a valorização do agente de saúde indígena**

Ações

Contratar e legalizar a situação de todos os agentes indígenas de saúde.

Oferecer e garantir formação continuada aos nossos agentes indígenas de saúde.

Formar novos agentes indígenas de saúde.

Formar técnicos de enfermagem indígenas.

Diretriz **Garantir a valorização do conhecimento indígena**

Ações

Formação e revitalização dos conhecimentos de saúde tradicional indígena.

Valorizar e revitalizar os conhecimentos das parteiras indígenas.

Diretriz **Garantir ações de apoio à saúde nas escolas**

Ações

Estruturar e mobilizar ações de saneamento básico nas aldeias; faltam poços e tratamento de esgoto.

Promover cursos e projetos de Educação Ambiental nas aldeias.

"Com os mapeamentos feitos a gente descobriu a riqueza que tem e não dá valor. descobrimos até sítio arqueológico!"

Máscara Tikuna. Terra Indígena Estrela da Paz, habitada pelos povos Tikuna, Kokama e Kambeba (junho/2011).

Diretriz

Garantir a valorização da cultura de cada povo

Ações

Promover projetos que estimulem as atividades de cerâmica e tecelagem hoje dominada só pelos mais idosos.

Promover o resgate das histórias de cada povo da região, sua origem, danças e produção material.

Resgatar a culinária Kokama promovendo a segurança alimentar por meio do conhecimento da cultura.

Promover e garantir o intercâmbio entre escola e projetos culturais de cada povo da região.

Garantir projetos que possam resgatar as línguas Kokama e Kambeba.

Diretriz

Garantir estruturas físicas para a reprodução cultural

Ações

Garantir a construção de um espaço na cidade, que possa promover encontros, intercâmbios e troca de experiências entre jovens e idosos das aldeias.

Diretriz **Garantir a demarcação das terras indígenas**

Ações Demarcação imediata das terras indígenas reivindicadas na região.

Diretriz **Garantir a segurança das terras indígenas demarcadas e não demarcadas**

Ações Formação de agentes ambientais em todas as terras indígenas.

Segurança das terras indígenas com projetos de vigilância.

Segurança das aldeias com o aumento de radiofonia.

Segurança das aldeias com postos de vigilância e barcos de fiscalização.

Diretriz **Garantir o uso sustentável de nossa terra**

Ações Formar jovens em cursos técnicos para ajudar com novas técnicas de levantamento de recursos naturais nas aldeias.

Valorizar e conscientizar as comunidades no uso sustentável dos recursos naturais, garantindo sua existência.

"No mapeamento conhecemos a realidade ambiental das terras indígenas, e identificamos que, às vezes, os invasores são os mesmos."

Diretriz

Garantir acesso a novas tecnologias sem desvalorizar o conhecimento indígena

Ações

Formação técnica de nossos jovens para trabalho de produção e criação nas terras indígenas.

Apoio à realização de inventários feitos por técnicos com a ajuda dos jovens das aldeias.

Formação técnica para jovens continuarem nas aldeias.

Sistematização do conhecimento indígena sobre o manejo de recursos naturais e plantio.

Diretriz

Garantir estrutura para melhorar o escoamento nas aldeias

Ações

Identificar novos mercados para os produtos da agricultura das aldeias.

Transporte para escoamento das aldeias para a cidade.

Apoio às cadeias produtivas com foco na diversidade de produtos indígenas.

Treinamentos e oficinas para beneficiamento de produtos valorizados pelas comunidades indígenas.

"Ué, ninguém nunca perguntou como eu planto mandioca e quantos tipos existem lá na aldeia... isso tem valor?"

Diretriz **Fortalecer o movimento indígena na base**

Ações

Garantir mais encontros da Copiju, em todas as aldeias representadas.

Garantir que as comunidades apóiem a Copiju nas reivindicações e recursos para as ações.

Garantir a participação dos mais idosos e dos jovens das aldeias nas discussões sobre o futuro.

Garantir a construção, pela comunidade, de espaços de reunião nas aldeias.

Diretriz **Fortalecer o movimento indígena como represente na região**

Ações

Garantir mais recursos para capacitações dos membros da Copiju e associações de base.

Fortalecer o intercâmbio da Copiju com outras organizações indígenas do Amazonas.

Garantir a construção de uma sede da Copiju em Jutaí/AM.

Garantir a prestação de contas e apresentação de resultados para as aldeias.

Propor e reivindicar maior participação da Funai (Representação de Tabatinga) em nossa região, por meio de visitas e apoio ao nosso projeto de futuro.

"É preciso ficar unido e falar, gente! Se a gente não fala, ninguém escuta a gente!"

Papel do Estado e Articulações

Formulando políticas e pensamentos

A elaboração do Plano de Vida adquire um enfoque ambiental no que diz respeito à relação dos povos indígenas com a natureza e seus territórios.

Neste aspecto ele se define com um modelo de desenvolvimento que atende as soluções imediatas, mas também as supera, formulando políticas e pensamentos para atender as necessidades materiais na defesa e proteção de seus territórios e de seus direitos conquistados e garantidos na Constituição Brasileira.

Os problemas dos Povos Indígenas de Jutaí não podem ser tratados de maneira isolada, pois um fator repercute em outros. Quando a comunidade não dispõe de um território sadio e coerente com seus princípios e projetos, enfrentarão problemas culturais, ambientais e de saúde que modificarão seus hábitos e seu modo de vida.

Assim, cabem algumas perguntas: Quais as consequências para uma comunidade da inoperância do Estado e da ausência de parceiros governamentais locais que os escutem e respeitem seu modo de vida? Qual o papel que desempenha os Povos Indígenas no desenvolvimento futuro da região? Qual a posição e a proposta dos Povos Indígenas com relação ao futuro?

Algumas respostas foram dadas com a construção deste Plano de Vida, como modelo de reflexão e propostas de ordem prática, que tem como principal objetivo provocar o poder público municipal, estadual e federal a se reunir, analisar, refletir e adotar políticas públicas adequada aos nossos anseios e modo de vida diferenciado garantidos pela Constituição Federal no seu Artigo 231.

Bibliografia

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1972. O índio e o mundo dos brancos: a situação dos Tukuna no Alto Solimões. 2ª edição. São Paulo: Pioneira.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1978. A sociologia do Brasil indígena. 2ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília: Editora Universidade de Brasília. (Especialmente caps. 3 e 12).

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1983. Enigmas e soluções: exercícios de etnologia e de crítica. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará. (Especialmente caps. 3 e 5).

CHAUMEIL, J.P. 1981. Historia y Migraciones de los Yagua de Finales del Siglo XVII hasta Nuestro Días. Lima: Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica.

FAJARDO, Gloria & William TORRES. 1987. "Ticuna". Em Introducción a la Colombia Ameríndia (Fran¬çois Correa e Ximena Pachón, orgs.). Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología. pp. 165-175.

FAULHABER, Priscila. 1987. O navio encantado: etnia e alianças em Tefé. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

FAULHABER, Priscila (org.). 1987. Entrosando: questões indígenas em Tefé. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

FAULHABER, Priscila; Monserrat, Ruth (orgs.). Tastevin e a etnografia indígena: coletânea de traduções de textos produzidos em Tefé (AM). Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2008. Série Monografias.

GARZÓN, Nivia Cristina & Vicente MACURITOPE. 1987. "El chontaduro, una planta en el contexto cultural huitoto (Amazonia colombiana)". América Indígena 47 (2): 295-316.

GOW, Peter. "Ex-Cocama": Identidades em Transformação na Amazônia Peruana. 2003

INSTITUTO SOCIAMBIENTAL. Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil. Acesso em www.isa.org.br

LLANOS VARGAS, Hector & Roberto PINEDA CAMACHO. 1982. Etnohistoria del Gran Caquetá (Siglos XVI-XIX). Bogotá: Fundación de Investigaciones Arqueológicas Nacionales/Banco de la República.

NIMUENDAJU, Curt. 1952. The Tukuna. Berkeley e Los Angeles: University of California Press (Publications in American Archeology and Ethnology, 45).

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. 1977. As facções e a ordem política em uma reserva Tükuna. Dissertação de mestrado. Brasília: UnB (datilog.).

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. 1988. "O nosso governo": os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero, Brasília: MCT-CNPq.

ORO, Ari Pedro. 1978. Tükúna: vida ou morte. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Vozes.

PINEDA CAMACHO, Roberto. 1985. Historia oral y proceso esclavista en el Caquetá. Bogotá: Fundación de Investigaciones Arqueológicas Nacionales/ Banco de la República.

PINEDA CAMACHO, Roberto. 1987. "Witoto". Em Introducción a la Colombia Ameríndia (François Correa e Ximena Pachón, orgs.). Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología. pp. 151-164.

REGAN, Jaime. 1988. "Mesianismo cocama: un movimiento de resistencia en la Amazonia peruana". Améri¬ca Indígena 48 (1): 127-138.

STOCKS, Anthony Waine. 1981. Los Nativos Invisibles: Notas sobre la Historia y Realidad Actual de los Cocamilla del Rio Huallaga, Perú. Lima: Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Prácti¬ca.

SULLIVAN, James L. 1970. The impact of education on Ticuna indian culture: an historical and ethnographic field study. Tese de doutoramento pela North Texas State University. Denton. (University Microfilms International 71-18,666).

TAUSSIG, Michael. 1993. Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem — Um Estudo sobre o Terror e a Cura. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. 1963. "Cargo cult na Amazônia? Observações sobre o milenarismo Tukúna". América Latina 6 (4): 43-61.

Realização

Consórcio VM-Opan

Parceiros